

Intensas lutas populares nos últimos anos do regime O fascismo não caiu por si



ESCALADA DA TORTURA

Qualquer regime fascista é inconvertível em violência e crime. Não hesite em recorrer ao crime que o fascismo tem sido de si. Que o digam os presos da cadeia que têm sofrido ou o saltem. Que o digam os portugueses que sofreram há 18 anos. Que o digam os mortificados pelo Chile. Um dos aspectos mais característicos da violência fascista é a tortura sobre os presos políticos. É um facto que o grau de violência que assume a tortura praticada pela polícia política varia gradualmente conforme a agudização da luta pelo derrocamento do regime e também conforme o grau das contradições internas do próprio regime. Há a certeza que os meios contra a tortura, a denúncia pública da tortura, e mobilização da opinião pública contra a tortura podem fazer recuar os torturadores.

Não dar tréguas ao fascismo

« O País avança por fim as guerras abertas e o governo dos monopólios, a pais que uma mudança de regime e a liberdade democrática. Essa abertura, entre outros, lançaram-se uma exigência nacional! Esta conclusão apontada nos dois manifestos de Março do Conselho Executivo do Partido, é confirmada em cada dia que decorre.

As massas populares, as mais variadas camadas sociais, não podem deixar-se que todos os comandos não monopolistas, desorientados cada vez mais do governo de M. Caetano manifestam o crescente descontentamento. Muitos dos que não estão encurralados e a política do governo desistem de apoiar, manifestam a sua descrença ou mesmo oposição.

Condições sociais foram alcançadas. O governo não se recusa e batido em todas as frentes e mesmo nas forças armadas crescem as resistências, oposição e luta contra o fascismo e o colonialismo. Não há que dar tréguas. Transformar e desmantelamento em ações de massas e a tarefa que se coloca aos comunistas, a todos os democratas e patriotas.

Há, organizar a luta e a tarefa que se coloca a todos os antifascistas!

No já citado manifesto de Comissão Executiva, afirmamos:

« As condições políticas são ali-

mentos favoráveis ao desenvolvimento da luta antifascista, para isso é necessário novas comissões de oposição, incluindo as forças armadas, e formar novas e variadas tipos de comissões. É claro que, os trabalhadores e movimentos sindicais de massas, o movimento democrático, os movimentos de juventude trabalhadora e estudantil, dos militares, os comunistas, a internacionalidade, todos têm condições para alargarem ainda mais as suas lutas e fortalecerem a legalidade das suas organizações e organizações.

O governo está ao serviço exclusivo dos monopólios

Na sequência de 28.3.74, Caetano tem procurado distorcer e esvaziar profundamente da crítica e instabilidade do regime e do governo. Não disse que tem renúncia militar de metropolitanização após a foi mesmo «preto» e ao desalojar de Isabel Espírito Branco, onde se fez de «abandono» e pedir soluções que «desencorajam». Pretende mesmo deixar-se ferido que se afirma que a sua política nacional nova «pode» lançarem as grandes tentativas capitalistas. Que «colúmbia...». Não que inflamações e «discussão» dos pontos colocados se fazem para detrás dos interesses da classe operária dos trabalhadores, da juventude, do povo português?

M. Caetano não consegue esconder uma realidade que se impõe cada vez mais claramente: O governo está ao serviço exclusivo dos monopólios. Entre cada vez maior para os monopólios e uma conclusão explícita e maliciosa que os trabalhadores e comunistas e a esmagada da política de M. Caetano, como bem se mostra a continuação do aumento vertiginoso das preços. E o próprio governo que promete a redução constante dos preços, como se percebe, mas não toma qualquer medida, mas toma vez, com os aumentos de 1971, a 1972, nas tarifas postais, telefónicas e telegráficas.

Não dar tréguas

Por todo o país, assim como nas colónias, a luta antifascista e em

ALIAR À LUTA ANTIFASCISTA os patriotas das forças armadas

A existência de um amplo movimento que abrange centenas de milhares de quadros permanentes das três ramos das forças armadas, assim como a eclosão da sublevação de 18 de Março, afirmam-se num dos dois manifestos de Março do Conselho Executivo do PCP — e exprimem a crescente oposição das forças armadas às guerras coloniais e à política do governo de M. Caetano.

Na sequência de 28.3.74, Caetano procurava apertar e desorientar e mesmo tentava de apertar as suas perseguições históricas e minimizar o significado da sublevação militar que atribuiu à «irreflexão e falta de unidade de alguma oficialidade...». Afirmação que «cada dia que se vai decifrar-se nos pontos e que se publica interesse, deixa de ser tratado como «desobediência» dele. Mas escondeu o facto de que na madrugada de 18 de Março se teve o cuidado de se referir ao soldado de M. Caetano, juntamente com A. Tomas e outros mais das suas repartições camarárias, escondeu que a colónia militar saída das Colónias da Banda confederativa com outras forças se passou por Salazar em quando se encontrou com outras unidades enviadas para a continuação que foram da Aviação se encontraram a bombardear a colónia militar, a qual só foi contida a partir de Lisboa e não em Alverca, escondeu que dias antes da sublevação ti-

nham sido presos vários oficiais, entre eles o Tenente-Almirante Bruno e condenado há muitos de um ano com a Força e Legação o major Mago, o capitão Vitor Alves, Vasco Laureano, Paulo Soares e que outros oficiais foram deportados ao estrangeiro para os Açores, Madeira e Trás-os-Montes.

O movimento de oficiais, a sublevação de 18 de Março, a prisão, deportação ou transferência de certos centenas de soldados e oficiais, assim como as denúncias dos generais Costa Gomes, António Spínola, Amaro Branco e contra-almirante António Ribeiro — tudo isto é o resultado da luta popular e da acção profundamente da crise do regime, crises que se sucedem às forças armadas.

A oposição à guerra e à política de guerra de M. Caetano perante as várias condições das forças armadas, e o regime já não consegue esconder um e um apoio inequívoco.

Num discurso emanado do movimento das oficiais e suboficiais no Estádio Nacional, em 22 de Maio, o primeiro-ministro, o chefe da Comissão primeira de solução do problema africano, do exército de Forças Armadas e do exército geral do País, que o poder político detinha e o mesmo dirigiu inicialmente, que se manifestou, de acordo efectivamente representativa das aspirações e interesses do País. Por outras palavras, em

democratização do País não é possível pensar em qualquer solução válida para os grandes problemas que se abatem sobre nós.

Desta análise decorre a importância urgente de se preparar e organizar a luta antifascista dos povos portugueses em soldados e marinheiros, se surgirem e abrirem frentes, todos os trabalhadores patriotas das forças armadas e mesmo as famílias enviadas para as guerras coloniais, destacando a situação trágica e desesperada da liberdade democrática.

A formação de comissões antimilitaristas antifascistas, em todos os quartéis e bases, ao nível de suas colónias, comités de unidades e marinheiros, de agremiações de oficiais do quadro e militares, é uma urgência imperiosa que se coloca a todos os comunistas e democratas.

A luta pelo fim das guerras coloniais e o regresso das forças armadas ao país, a luta pela liberdade democrática, pela libertação imediata de todos os presos, pela Amnistia, pela criação das Comissões e a dissolução da PIDE-DGS, a luta por melhores condições de vida e contra o poder dos monopólios e o aumento da desemprego, são tarefas que se colocam a todo o povo e a todos os homens honestos das forças armadas.

Se não tivesse ocorrido o golpe militar na madrugada de 25 de Abril, como teria sido o 1.º de Maio de 1974? Observa-se o ascenso das lutas dos trabalhadores, nas fábricas, no comércio, nos campos, nos transportes, na banca, nas pescas; olha-se as movimentações de contestação aberta do fascismo a alastrar entre os estudantes do ensino superior e do secundário, recorda-se episódios que denotavam crescente descontentamento nos meios militares e entre os intelectuais, na Igreja. Atenta-se no incremento da repressão e vê-se grandes manifestações de solidariedade com dirigentes detidos, mas também com trabalhadores em luta. Lembramos as decisões do 6.º Congresso do PCP, em 1965, apontando a via e os objectivos para o derrube do regime fascista, reafirmados após a substituição de Salazar por Caetano na cadeira do poder dos grandes monopólios — que suscitou vacilações noutras correntes da oposição democrática. Recordamos o nascimento da Intersindical, a 1 de Outubro de 1970, num período em que dezenas de direcções sindicais, dinamizadas por comunistas e merecendo a confiança dos associados, eram eleitas para sindicatos que havia décadas estavam tomados pelo regime.

As farsas eleitorais de 1969 e 1973, com todos os perigos e sacrifícios que tal implicou, foram aproveitadas para desenvolver intensas batalhas políticas. O aumento do custo de vida, a guerra colonial, o desemprego, a censura, a repressão, o analfabetismo, a ignorância e o medo eram um fardo pesado, mas a resistência e a luta das massas populares impunham-se como saída determinante para os problemas da economia e da sociedade. Não era nada fácil tomar uma opção de luta colectiva: os riscos iam do despedimento à prisão, à tortura, à morte. Mas era insuportável não reagir. Os comunistas davam o exemplo, mas também davam o rumo mais acertado. Novas vagas de greves e acções reivindicativas ocorrem em Outubro de 1973 e Fevereiro de 1974. O mal-estar entre os militares desemboca no «Movimento dos Capitães», que se tornaria rapidamente num movimento político. Naquele que viria a ser o último número do Avante! publicado na clandestinidade, já em Abril de 1974, o PCP apela: «Não dar tréguas ao fascismo» e «Aliar à luta antifascista os patriotas das Forças Armadas». A celebração do Dia do Trabalhador tinha sido tratada numa reunião da Intersindical, semiclandestina, no Sindicato dos Técnicos de Desenho. Reuniões semelhantes decorreram um pouco por todo o País.

Como seria o 1.º de Maio sem 25 de Abril? Mas tinha que haver 25 de Abril, nem que fosse a 1 de Maio! O derrube do fascismo era uma necessidade imposta pela luta do povo.